

## Da Aplicação Da Lei Penal – Vigência/Tempo.

### 1. Anterioridade da Lei – Artigo 1º, do CP

*Artigo 1º. Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.*

Há nesse artigo **quatro princípios** a serem analisados:

**a) Princípio da legalidade:** Não há crime nem pena sem lei anterior que defina “*nullun crimen, nulla poena sine lege*”.

Tem sua origem consolidada na Magna Carta de João Sem Terra, na qual o Artigo 39 transcrevia que nenhum homem poderia ser punido senão pela lei da terra. No século XVIII, o Artigo 8º da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, de 26/08/1789, define que ninguém poderia ser punido senão em virtude de uma lei estabelecida e promulgada anteriormente do direito e legalmente aplicada.

No Brasil, o princípio da legalidade esta previsto desde 1824 e é o eixo de todo sistema penal. Possui conotação política, pois garante a certeza jurídica do estado democrático de direito e a segurança política do cidadão.

Extraí-se do princípio da legalidade outros princípios, quais sejam:

**a.1) Princípio da Intervenção Mínima** – O Direito Penal regula aquilo que o Estado considera extremamente danoso à sociedade

**a.2) Princípio da Proporcionalidade** – A ação do Estado deve ser proporcional à conduta do criminoso.

**a.3)Princípio da Humanidade** – O sistema normativa penal possui finalidade de socialização.

**a.4) Princípio da Culpabilidade** – Não há crime se inexistentes a “culpa” ou “dolo”, impedindo, assim, a responsabilidade objetiva. É preciso, no mínimo, que o agente tenha agido sem o devido dever de cuidado ou com vontade e consciência.

**a.5) Princípio da Taxatividade** – A lei penal deve ser taxativa, isto é, precisa e completa, delimitando expressamente a conduta incriminadora.

**b) Princípio da reserva legal:** decorre do princípio da legalidade, porém deve ser interpretado em sentido estrito. Significa delimitar um conjunto de matéria. Assim, a lei penal sob a égide do princípio da reserva legal é aquela que segue com rigor o processo legislativo acolhido pela constituição federal.

O princípio da reserva legal não estava presente no sistema legal de 1935 vigente na Alemanha, em razão do Nazismo, pois aí a punição de qualquer fato estava condicionada somente aos sentimentos do povo.

**c) Princípio da Anterioridade:** a lei deve ser anterior, deve estar em vigor na data em que o fato é praticado.

**d) Princípio da Irretroatividade:** Decorre do princípio da anterioridade da lei penal, pela qual a lei penal é editada para o futuro e não para o passado.

## **2. A Lei Penal No Tempo – Artigo 2º, CP**

*Artigo 2º. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.*

*Parágrafo único. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.*

Sabemos que, em regra, aplica-se a lei penal a fatos ocorridos durante sua vigência, porém, por vezes, verificamos a “extratividade” da lei penal. A extratividade da lei penal se manifesta de duas maneiras, ou pela ultratividade da lei ou retroatividade da lei.

Assim, considerando que a extra-atividade da lei penal é o seu poder de regular situações fora de seu período de vigência, podendo ocorrer seja em relação a situações passadas seja em relação a situações futuras.

Quando a lei regula situações passadas, fatos anteriores a sua vigência, ocorre a denominada retroatividade. Já, se sua aplicação se der para fatos após a cessação de sua vigência, será chamada ultratividade.

Em se tratando de extra-atividade da lei penal, observa-se a ocorrência das seguintes situações:

a) “*Abolitio criminis*” – Trata-se da supressão da figura criminosa

b) “*Novatio legis in melius*” ou “*lex mitior*” – é a lei penal mais benigna

Tanto a “*abolitio criminis*” como a “*novatio legis in melius*” aplica-se o princípio da retroatividade da Lei penal mais benéfica.

A Lei nº 11.106 de 28 de março de 2006 descriminalizou os Artigos 217 e 240, do Código Penal, respectivamente, os crimes de "sedução" e "adultério", de modo que o sujeito praticou uma destas condutas em fevereiro de 2006, por exemplo, não será responsabilizado na esfera penal.

Segundo a maior parte da doutrina, a Lei nº 11.106 de 28 de março de 2006 não descriminalizou o crime de rapto, previsto anteriormente no Artigo 219 e seguintes do Código Penal, mas somente deslocou sua tipicidade para o Artigo 148 e seguintes ("seqüestro" e "cárcere privado", houve, assim, uma continuidade normativa atípica.

A "*abolitio criminis*" faz cessar a execução da pena e todos os efeitos penais da sentença.

A Lei 9.099/99 trouxe novas formas de substituição de penas e, por consequência, considerando que se trata de "*novatio legis in melius*" ocorreu retroatividade de sua vigência a fatos anteriores a sua publicação.

c) "*Novatio legis in pejus*" – é a lei posterior que agrava a situação

d) "*Novatio legis incriminadora*" – é a lei posterior que cria um tipo incriminador, tornando típica a conduta antes considerada irrelevante pela lei penal.

Para melhor exemplificar, considere que o sujeito pratica fato criminoso cuja prescrição equivale a "x". Contudo lei posterior aumenta o prazo prescricional para "2x".

A lei posterior não retroage para atingir os fatos praticados na vigência da lei mais benéfica ("*Irretroatividade da lei penal*"). Contudo, haverá extratividade da lei mais benéfica, pois será válida mesmo após a cessação da vigência (Ultratividade da Lei Penal).

Ressalte-se, por fim, que aos crimes permanentes e continuados, aplica-se a lei nova ainda que mais grave, nos termos da Súmula 711, do STF.

### **3. Lei Excepcional ou Temporária (leis intermitentes) – Art. 3º, do CP**

*Artigo 3º. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante a sua vigência.*

Lei temporária é a que caracteriza viger durante determinado período de tempo previamente estabelecido pelo legislador na própria lei.

Lei excepcional é a promulgada para viger enquanto persistir determinada situação anormal, por exemplo: epidemia, guerra. Atende às transitórias necessidades estatais.

Ambas possuem duas características: são ultra-ativas (produzem efeitos mesmo depois de revogadas) e são auto revogáveis.

### **4.Do Tempo Do Crime – Artigo 4º, do Código Penal**

A respeito do tempo do crime existem três teorias:

a) Teoria da atividade – O tempo do crime consiste no momento em que ocorre a conduta criminosa.

b) Teoria do Resultado – O tempo do crime consiste no momento do resultado advindo da conduta criminosa.

c) Teoria da Ubiquidade ou Mista – O tempo do crime consiste no momento tanto da conduta como do resultado que adveio da conduta criminosa.

O Artigo 4º do Código Penal, dispõe que:

*Artigo 4º. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.*

“*Tempus regit actum*”, assim, aplica-se a teoria da atividade, nos termos sistema jurídico instituído pelo Código Penal.

O Código Penal vigente seguiu os moldes do Código Penal português em que também é adotada a Teoria da Atividade para o tempo do crime.

Em decorrência disso, aquele que praticou o crime no momento da vigência da lei anterior terá direito a aplicação da lei mais benéfica. O menor de 18 anos, por exemplo, não será considerado imputável mesmo que a consumação ocorrer quando tiver completado idade equivalente a maioridade penal. E, também, o deficiente mental será imputável, se na época da ação era consciente, tendo sofrido moléstia mental tão somente na época do resultado.

Novamente, observa-se a respeito dos crimes permanentes, tal como o seqüestro, nos quais a ação se prolonga no tempo, de modo que em se tratando de “*novatio legis in pejus*”, nos termos da Súmula 711, do STF, a lei mais grave será aplicada.

## **- Aplicação da Lei penal - Lugar -**

### **1. Territorialidade – Artigo 5º, CP**

*Artigo 5º. Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido em território nacional.*

*Parágrafo 1º. Para efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e embarcações brasileiras de natureza mercante ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto mar.*

*Parágrafo 2º. É também aplicável a lei penal brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquela em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente e estas em porto ou mar territorial do Brasil.*

Segundo o Princípio da Territorialidade vigora a aplicação da lei brasileira aos crimes cometidos dentro do território nacional.

Como resultado do princípio temos que ninguém, nacional ou estrangeiro, apátrida, residente ou em transito, poderá subtrair-se à lei brasileira por fatos criminosos aqui praticados.

Ressalva-se, porém, o disposto nos tratados e convenções internacionais, tais como a Convenção de Viena, que estabelece algumas situações em que o agente criminoso será julgado pelo país de origem.

Outrossim, o Artigo 5º, do Código Penal define território para fins do sistema normativo penal. Desse modo, depreende-se de sua própria redação que nosso sistema adotou a chamada "Territorialidade Temperada". Como se não bastasse excetuar os tratados e convenções internacionais para fins de aplicação da lei penal, mesmo se praticados em território nacional, o Código Penal, estabelece situações em que, mesmo que o crime não seja praticado em solo nacional, mas em embarcações ou aeronaves, haverá aplicação da lei penal brasileira.

Para melhor compreender a estrutura do Artigo 5º do Código Penal, convém definir o que é considerado território para fins de aplicação da norma jurídica.

O Território pode ser: físico ou jurídico. O território físico compreende o solo, o subsolo, o mar territorial e o espaço aéreo correspondente. O território jurídico (também conhecidos como "Territórios Flutuantes") compreende os navios e aeronaves públicos ou a serviço do governo, onde quer que se encontrem e também os navios e aeronaves privadas em alto mar ou espaço aéreo correspondente (lei da bandeira- lei de onde a embarcação ou aeronave estiver matriculada).

Dessa forma, nos termos do Artigo 5º, do Código Penal, aplica-se a lei penal brasileira tanto ao Território Físico bem como ao Território Jurídico, de sorte que foi adotada a Teoria da Territorialidade Temperada para regular a aplicação da lei penal no espaço.

Por fim, realiza-se um questionamento: e quanto as embaixadas? Não estão no rol dos Territórios Flutuantes ou Jurídicos?

Não restam dúvidas que a pergunta apresentada é fruto de informação apresentada em filmes internacionais, em que muitas vezes o criminoso procurado busca a embaixada de seu país, para impossibilitar a aplicação da lei do país onde, em tese, teria cometido o crime.

### **Exercício 1:**

Não há crime se inexistentes a "culpa" ou "dolo", impedindo, assim, a responsabilidade objetiva. É preciso, no mínimo, que o agente tenha agido sem o devido dever de cuidado ou com vontade e consciência. A descrição se refere ao princípio

A)

Da anterioridade.

B)

Da legalidade

C)

Da humanidade

D)

Da culpabilidade



E)

Da proporcionalidade

**O aluno respondeu e acertou. Alternativa(D)**

**Exercício 2:**

A lei penal deve ser precisa e completa, delimitando expressamente a conduta incriminadora. A descrição se refere ao princípio

A)

Da culpabilidade

B)

Da taxatividade

C)

Da legalidade

D)

Da humanidade

E)

Da proporcionalidade

**O aluno respondeu e acertou. Alternativa(B)**

**Exercício 3:**

A respeito da extratividade da lei penal no tempo, podemos afirmar que

A)

A lei penal jamais poderá retroagir

B)

É aplicada no caso de *abolitio criminis* e *novatio legis in melius*

C)

Não é verificada em nenhuma hipótese no Brasil

D)

A lei excepcional ou temporário não possui previsão legal na lei brasileira

E)

O artigo 3 do Código Penal se refere apenas à hipótese de irretroatividade da lei penal

**O aluno respondeu e acertou. Alternativa(B)**

#### **Exercício 4:**

No que diz respeito ao tempo do crime, o Brasil adotou a teoria

A)

Da atividade

B)

Do resultado

C)

Da ubiquidade

D)

da ultratividade

E)

da retroatividade

**O aluno respondeu e acertou. Alternativa(A)****Exercício 5:**

No que diz respeito ao lugar do crime, o Código Penal Brasileiro vigente adotou a teoria:

A)

Da atividade

B)

Do resultado

C)

Da ubiquidade

D)

Da retroatividade

E)

Da irretroatividade

**O aluno respondeu e acertou. Alternativa(C)****Exercício 6:**

O Princípio da Legalidade no Direito Penal brasileiro significa:

A)

que a lei penal sempre deve favorecer o réu.

B)

É necessário lei anterior que defina o crime, para que determinado fato seja considerado crime.

C)

O Direito Penal regula aquilo que é extremamente danoso à sociedade.

D)

A ação do Estado deve ser proporcional à conduta do criminoso.

E)

O sistema normativo penal possui finalidade de socialização.

**O aluno respondeu e acertou. Alternativa(B)**

### **Exercício 7:**

Considere o seguinte conceito: “a lei deve ser anterior, deve estar em vigor na data em que o fato é praticado” e assinale a alternativa que esteja de acordo com a legislação penal vigente, bem como com a doutrina e jurisprudência majoritária:

A)

Princípio da Anterioridade

B)

Princípio da Taxatividade

C)

Princípio da Legalidade

D)

Princípio da Intervenção Mínima

E)

Princípio da Inocência

**O aluno respondeu e acertou. Alternativa(A)****Exercício 8:**

A Lei 9.099/99 trouxe novas formas de penas em substituição às penas privativas de liberdade e por isso podemos afirmar que houve:

A)

*Abolitio Criminis*

B)

*Novatio Legis in melius*, aplicando, assim, a lei melhor, muito embora os fatos ainda sejam considerados crimes

C)

*Novatio Legis in Pejus*

D)

*Novatio Legis* Incriminadora

E)

*Novatio Legis in Melius*, aplicando, assim, a lei vigente na época em que o fato foi praticado.

**O aluno respondeu e acertou. Alternativa(B)**